

Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na terça-feira		Ibovespa nos últimos dias		Na terça-feira		Últimos		Comercial, venda na terça-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,54%	São Paulo	136.236	136.436	R\$ 5,570	(+ 0,14%)	4/junho	5,645	R\$ 1.518		14,65%	14,75%	Janeiro/2025	0,16		
0,25%	Nova York	5/6	6/6			5/junho	5,585					Fevereiro/2025	1,31		
						6/junho	5,569					Março/2025	0,56		
						9/junho	5,562					Abril/2025	0,43		
												Mai/2025	0,26		

Demandas para o mercado fluir

» WAL LIMA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

A indústria extrativa tem importante papel na economia brasileira, especialmente no desenvolvimento socioeconômico do país. Mas, para ampliar os investimentos do setor, é preciso melhorar a segurança jurídica e a regulação do setor minerador.

Nesse sentido, Francisco Bulhões, executivo de Relações Institucionais da Prio e representante da indústria de petróleo e gás, defendeu que é necessário também ampliar a compreensão pública sobre o papel do petróleo na vida cotidiana e no desenvolvimento socioeconômico do país.

“O petróleo está presente em praticamente tudo o que usamos. Vai muito além da gasolina e do diesel. Ele é base para a produção de plásticos, fertilizantes, medicamentos, roupas, cosméticos, tecnologia e tantos outros produtos essenciais”, afirmou. “Não podemos demonizar uma das maiores fontes de financiamento do Estado brasileiro. Precisamos continuar evoluindo, investindo em transição energética, sim, mas com os pés no chão e sem abrir mão de nossas vantagens estratégicas”, emendou.

Para Bulhões, é um erro reduzir o debate sobre o setor a uma visão simplista e apenas ambiental, sem considerar o impacto concreto da cadeia produtiva do petróleo no dia a dia da população e ainda ressaltou que o Brasil possui um dos petróleos mais competitivos e menos poluentes do mundo e que sua

exploração precisa ser vista como uma oportunidade — não como um problema. “A exploração responsável e sustentável do nosso petróleo é uma alavanca para gerar emprego, arrecadação e promover políticas públicas, inclusive na área ambiental”, disse.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, destacou as oportunidades para o país com a realização da 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 30, que será realizada em Belém, em novembro, para ir “além do financiamento” na questão da sustentabilidade energética. Em citação à carta redigida pelo presidente da COP 30, André Corrêa do Lago, ele defendeu o compromisso de duplicar a eficiência energética, triplicar a produção de energia renovável e evitar o uso de combustíveis fósseis, como o petróleo.

“Não é excluindo um setor, e com a importância que tem o setor, que nós vamos resolver esse problema. Ele está articulado e depende da demanda global, ou seja, em termos dos próprios combustíveis. Não adianta você tirar isso da pauta dos países que vai ser um caos, simplesmente, se você fizer isso”, afirmou.

A economista-chefe da Galápagos Capital, Tatiana Pinheiro, reconheceu que existem desafios e oportunidades do setor de mineração no Brasil. Embora o setor extrativista esteja repleto de desafios no país, as áreas de extração e exportação de minérios apresentam oportunidades, ao ver da especialista.

“O Brasil está bem posicionado. Temos nossas reservas

Fotos: Mariana Campos/CB/D.A Press



Fernando Bulhões, da Prio: não podemos demonizar o petróleo

minerais. O que é importante é seguir nesse caminho (investimentos em tecnologias), cada vez mais melhorando os marcos regulatórios do setor de mineração”, projetou. Segundo ela, a indústria de mineração continua bastante competitiva. “Fatores como investimentos em energia limpa, de minerais verdes, da discussão do hidrogênio verde. O desenvolvimento dessas novas tecnologias eu classificaria como oportunidades no setor extrativista”, considerou.

Um debate importante nesse setor é a alteração na Lei de Proteção às Cavernas, algo fundamental para o desenvolvimento da mineração de ferro no Brasil, ao ver de José Carlos Martins, membro do Conselho de Administração da Cedro Mineração.

“É possível conciliar a preservação das cavernas com a atividade mineral”, disse Martins. Ele lembrou que a legislação, implementada na década de 1990, impede que atividades que possam causar impactos irreversíveis



Tatiana Pinheiro: o Brasil está bem posicionado e com oportunidades



José C. Martins: a questão ambiental não conflita com a econômica

sejam realizadas nestes locais. “Nós tivemos um grande problema com a regulamentação da Lei das Cavernas. A lei constitucional foi de 1988, mas a regulamentação veio muitos anos depois. E foi a regulamentação que criou as barreiras para o desenvolvimento da produção de minério de ferro”, acrescentou.

Para Martins, “a questão ambiental não conflita com a econômica, muito pelo contrário”. Segundo ele, é possível ter uma extração de conhecimento a

partir da exploração. “Qual é o significado de só preservar as cavernas se você não investiga, não vê qual é o seu valor antropológico, paleológico, estereológico e manter essa imensidão de cavernas preservadas que nós temos hoje”, destacou. Ele ainda reconheceu que a legislação ambiental brasileira é muito evoluída. “Normalmente, a gente pega o que é mais rígido no mundo, mas você não pode deixar a questão ambiental somente pela ótica ambiental”, orientou.

“Transição depende da mineração”

» VICTOR CORREIA

A transição energética no mundo depende da mineração, e o Brasil tem todas as condições para virar uma potência, incluindo uma matriz energética limpa e a disponibilidade de minérios em seu território, de acordo com a secretária nacional interina de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Ana Paula Bittencourt.

Para a secretária do MME, o Brasil tem todas as condições para virar uma potência, incluindo uma matriz energética limpa e a disponibilidade de minérios em seu território. “A transição

energética global depende, basicamente, da mineração”, declarou a secretária durante a abertura do debate do **Correio**. “O mundo vive uma corrida por minerais essenciais à transição energética. O Brasil reúne os atributos necessários para liderar esse movimento: recursos naturais, estabilidade institucional, energia limpa, capacidade técnica e compromisso inflexível com a sustentabilidade”, emendou.

A secretária apontou números que mostram a liderança do Brasil em alguns minerais estratégicos. Por exemplo, o país é o 6º maior produtor de lítio; 3º de níquel; 1º de nióbio; 2º de grafita; 2º de terras raras; 5º de alumínio; e 7º de urânio.

Em 2024, a mineração representou quase 4% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com R\$ 7,5 bilhões arrecadados com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). Os royalties da mineração, 230 mil empregos diretos e 832 mil postos indiretos de trabalho.

“O Brasil está pronto para liderar uma mineração verde, ética e inovadora”, enfatizou a secretária. Porém, ela afirmou que ainda há um déficit na exploração de minérios no país, com apenas 27% do território nacional mapeado na escala adequada. Para melhorar o cenário, Bittencourt destacou uma série de ações em andamento, como a

criação do PlanGeo 2025-2034, que vai mapear 73 blocos de exploração, a reestruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM), e o lançamento do Fundo de Minerais Estratégicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Bittencourt ressaltou ainda a modernização do licenciamento ambiental, a promoção de boas práticas de ESG no setor e a conclusão da Política Nacional para Minerais Críticos.

“O Brasil quer e vai oferecer mais do que minério. Vamos oferecer soluções tecnológicas, desenvolvimento regional, empregos qualificados, soberania energética e qualificação”, afirmou.



O mundo vive uma corrida por minerais essenciais à transição energética. O Brasil reúne os atributos necessários para liderar esse movimento”

Ana Paula Bittencourt, secretária nacional interina de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME

Metais estratégicos pouco explorados

Apesar de ser o quinto maior produtor de minerais no mundo, o Brasil ainda carece de produção necessária de minerais críticos e estratégicos para impulsionar a indústria nacional. Com esse posicionamento, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, avalia que o país tem o potencial de ser um dos grandes players desse setor.

O ex-ministro da Defesa citou o potássio e o fosfato como exemplos de minerais que são pouco produzidos no país, apesar de serem necessários para a agricultura e outros setores. Na visão dele, o Brasil deve reduzir sua dependência de outros países, como a China — maior produtor de minerais no mundo —, para assegurar uma função de destaque na cadeia de suprimentos global. “Esses minerais são absolutamente fundamentais e estratégicos para a questão da ciência, inovação, tecnologia e defesa. Então, se você olhar, vai perceber que o mineral está no

centro de absolutamente tudo e o Brasil tem um enorme potencial em termo de prover para o mundo”, disse Jungmann. Segundo ele, a China ainda detém grande parte das reservas e produção desses minerais, enquanto que, no Brasil, cerca de 70% do volume exportado corresponde a ferro.

Ele lembrou ainda a importância dos minerais críticos no processo de transição energética, com o objetivo de superar a questão climática. “Então, não tem transição, não tem saída para a emergência climática, que ameaça toda a humanidade, é preciso sempre lembrar isso, sendo os minerais críticos e estratégicos, que inclusive precisam ser muito mais produzidos”, acrescentou.

O economista e ex-senador Romero Jucá ressaltou que o Brasil não está aproveitando as oportunidades no campo do desenvolvimento e da economia. “Nós somos um país de essência liberal, nós somos um país



André Lamunier: os números mostram a importância da mineração

do livre empreendedorismo, nós somos um país de imprensa livre e, portanto, isso tudo tem que ser reforçado no modelo econômico que nós queremos”, disse o também ex-ministro.

Na visão de Jucá, o Brasil tem um “potencial enorme” não explorado no campo da mineração e em outras áreas, mas que ainda não é aproveitado. “Temos dificuldade nas concessões públicas, nós temos dificuldade no licenciamento ambiental, nós temos dificuldade na clareza legal das

leis que precisam ser feitas, que não gerem a demanda jurídica, mas gerem a confiança do investimento”, acrescentou.

Para o ex-senador, a imprensa e a sociedade têm o papel de pautar as discussões do governo. “Os governos são transitórios. A sociedade e o Congresso são instituições permanentes, têm compromisso com a longevidade das ações sociais e econômicas da República desse país”, comentou ele, que elogiou a iniciativa do debate.



Romero Jucá: país tem um potencial enorme que não é aproveitado

O vice-presidente institucional do **Correio**, André Lamounier, ressaltou que a mineração é um dos maiores motores da economia brasileira, mas pediu atenção aos impactos de mudanças na legislação, especialmente a reforma tributária. “Os números mostram a importância desse setor. Em 2023, as exportações atingiram a marca de US\$ 48 bilhões, 25% de todas as vendas brasileiras. Esse desempenho consolida a mineração como um dos principais motores

da nossa economia e da geração de divisas”, declarou Lamounier na abertura do evento.

O executivo também reconheceu que a reforma tributária, em fase de regulamentação, traz “impactos profundos” para a competitividade da mineração brasileira ante a concorrência internacional. Para ele, o momento é fazer uma “reflexão cuidadosa” sobre como conciliar desenvolvimento econômico, sustentabilidade e justiça fiscal. (RP e VC)